

A impermanência da memória

Marcus Galindo

Albertina Otávia Lacerda Malta

Como citar: GALINDO, Marcus; MALTA, Albertina Otávia Lacerda. A impermanência da memória. *In:* MANINI, Miriam Paula; OLIVEIRA, Eliane Braga de; GOMES, Ana Lucia de Abreu. **Imagem, Informação e Memória:** abordagens acerca da preservação do audiovisual, do cinema e da fotografia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 147-160. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-271-0.p147-160>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

À IMPERMANÊNCIA DA MEMÓRIA

*Prof. Dr. Marcus Galindo*¹

*Ms. Albertina Otávia Lacerda Malta*²

Antes mesmo de ser capaz de se expressar com a palavra, o homem pré-histórico era capaz de produzir pensamento abstrato e o registrou através das pinturas rupestres, concebidas não necessariamente com a finalidade de se comunicar, mas de exprimir sentimentos e desejos. Nesse particular, “[...] a intenção prática da sua pintura podia ser diversificada, variando desde a magia ao desejo de historiar a vida do seu grupo [...]” (MARTIN, 2005, p. 240).

De fato, a memória da humanidade é primordialmente visual e a comprovação dessa afirmação está nos desenhos pré-históricos que representam o registro mais antigo que se preservou do seu universo cosmogônico.

Esses desenhos atestam que a imagem é comunicação, é informação, é representação simbólica e é documento. Ao tomar a palavra documento no seu sentido mais amplo, torna-se imperativo considerar qualquer objeto ou artefato portador de informação como documento (LE COADIC,

¹ Doutor em História; professor da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: galyndo@gmail.com.

² Mestra em Ciência da Informação; servidora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

1996). Assim, as palavras de Febvre devem ser consideradas, não só por historiadores, mas pelos cientistas da informação. Febvre assevera:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se (*sic*), deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. [...] com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o mel, na falta de flores habituais. Logo com palavras. Signos. Paisagens e telhas... Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, 1949 apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Quando Louis Daguerre, na primeira metade do século XIX, apresentou a fotografia ao público francês, muitas mentes fascinadas pela sedução do tempo ainda enxergavam a nova técnica como uma forma de sortilégio que exercia sobre as pessoas um especial tipo de encanto. De fato, a fotografia revelou algo de mágico e uma nova estética para a era das máquinas e da eletricidade.

Quase dois séculos depois nos perguntamos quanto de memória há em um pedaço de papel emulsionado em sais de prata, sensibilizado pelas lentes e pelo olhar de um fotógrafo? Nada! Não existe memória em inanimados. O papel não sente, a celulose é inerte, não se expressa verbalmente, não se emociona ao toque humano.

Na fotografia a memória é aquilo que resiste à entropia, capturada na forma de luz e aprisionada no papel pelos sais de prata. A fotografia representa uma realidade construída pela natureza, mas condicionada pela escolha do autor de forma que produza ao olhar do observador uma sensibilidade estética.

Com o advento da fotografia e do cinema as fronteiras espaços-temporais se diluíam reificando uma tendência ubíqua iniciada com as máquinas e com a eletricidade; o distante aproximou-se, havendo a presença do ausente (GASSET, 2006). Tais ubiquidades eram desejadas por todos em sua necessidade de posse de objetos, sobretudo através da reprodutibilidade de sua imagem (BENJAMIN, 1994). Nessa perspectiva,

as possibilidades iniciadas pela fotografia e pelo cinema se estenderam sobretudo a partir dos anos 1990, através do computador e, *a posteriori*, da virtualização que propicia passeios por salas de qualquer museu ou galeria, numa combinação da informação em suas variadas dimensões: texto, imagem e som (OLIVEIRA; MALTA; GOUVEIA JÚNIOR, 2011).

Nesse particular, é evidente também que o acesso livre ao patrimônio cultural, aos acervos documentais e às obras de arte possibilita que a história e a memória de uma sociedade sejam vistas e revistas e, por outro lado, faz com que essas informações exerçam um papel de matéria-prima para a produção de conhecimento (LAGOZE; VAN DE SOMPEL, 2001).

Nessa perspectiva, a fotografia é documento que porta múltiplas significações, é fonte de informação histórica, antropológica, etnográfica, jornalística; é registro do passado, é fragmento congelado de um instante que se foi – ou que está em curso, se considerarmos sua natureza digital e suas possibilidades de disseminação e de resignificação a cada leitura feita (SILVA, 2006).

O ENCONTRO DOS OLHARES

Do ponto de vista lógico, a memória produz-se na troca de olhares entre o fotógrafo e o observador, mediada pela tecnologia do documento. A imagem é capturada, enquanto a seta do tempo segue seu rumo levando a mensagem marcada pelo ritmo das coisas tangíveis. O encontro da mensagem com seu destino, contudo, só se dá assincronamente. Neste momento, então, como registrou o poeta Vinícius de Moraes, “(...) quando a luz dos olhos teus e a luz dos olhos meus resolvem se encontrar”³, a magia dos séculos se desfaz. Esta magia pode se repetir milhares de vezes, ser escaneada por milhões de olhares, reproduzida igual número de vezes sem corromper a integridade de sua mensagem⁴.

A emoção que pode ser evocada pela memória dos olhares é inextinguível; a fotografia que porta a imagem, no entanto, é finita. O

³ Verso da música *Pela luz dos olhos teus*, de Vinícius de Moraes (1977).

⁴ Princípios da Memória. Princípio 1. “Informação é a única matéria-prima da natureza que se multiplica quando é distribuída”. (GALINDO, 2015, p. 222).

mediador envelhece, enruga-se, perde o brilho e o frescor enquanto carrega sua mensagem, na brevidade do caminho vai perdendo contraste, o viço dos meios-tons e a condição vicária. Se perdemos o documento sem deixar cópias, interrompemos o ciclo da memória e a magia dos olhares se desfaz, inibindo a capacidade da troca de mensagens na máquina do tempo.

Por esta razão a natureza trabalha com redundância. Uma frutífera lança milhares de sementes envolvidas em perfume, prazer e conteúdo genético, na esperança que associados consumam – longe do circuito de suas raízes – a massa perfumada de sua promessa, e dispensem o resto com seu conteúdo genético em terreno apropriado, onde ele possa novamente ser-vivo e se realizar em novo ciclo.

Para se lançar para além de nosso tempo – ao modo dos frutos da natureza –, a fotografia carece de redundância. Sua tecnologia, nativamente, prevê esta estratégia, seja na forma analógica, seja na forma digital. A redundância, como fundamento da preservação e da boa curadoria, é um instrumento complexo e garante que os espíritos se encontrem na interface sem pejo do tempo.

Naturalmente, para além da redundância, a descrição nos acervos e a atribuição de metadados – inclusive aqueles de preservação, que vão assegurar a fiabilidade e a autenticidade, e permitirão, a seu turno, a acessibilidade do arquivo – são requeridos para conservação da memória. Com este cuidado, tanto os documentos analógicos quanto seus representantes digitais podem usufruir das potencialidades deste ferramental descritivo. Coleções que se servem de informações estruturadas e padronizadas em metadados se tornam mais vivíveis em redes de alcance global, permitindo que seus recursos informacionais sejam “[...] identificados, localizados, selecionados por critérios de relevância e distinguidos por diferenças e similaridades” (NISO apud SAYÃO, 2007, p. 34).

Se aceitamos a condição de que, há mais de cem mil anos (CHOMSKY, 2014, p. 31), a tecnologia da inteligência é o que nos diferencia como seres animados e que a Tecnologia da Informação (TI) é o que há de mais avançado entre os instrumentos de nossa cultura, havemos de admitir, então, que a TI é uma das formas contemporâneas

que melhor expressam o estado da arte entre os *sapiens* do gênero *Homo*. Todavia, importa sempre lembrar que a tecnologia que utilizamos para ressaltar nossa humanidade é apenas a ferramenta à espera da alma que vai lhe fazer útil. Isto posto, entendemos por analogia que a fotografia enquanto instrumento – tanto a analógica quanto a digital – porta a memória, mas não é a memória. A memória está na condição humana que lhes restitui a vida a cada novo acesso.

Os meios técnicos do Sistema de Informação, semelhante às redes neurais do Sistema Nervoso Central, permitem a intercomunicação entre diferentes agentes de informação e, com isso, possibilitam a reconstrução da história e sua disponibilização à serviço da memória social. Por esse motivo, Nora (1993) aponta uma tendência de considerar a memória como sinônimo de História e, na Ciência da Informação, a memória denota “[...] o estoque de informação, invocando a condição de registro memorial da herança cultural humana.” (GALINDO, 2016, p. 222).

Em outras palavras, esses meios técnicos disponibilizaram as provas com as quais a história foi e é construída. Despojaram os historiadores do monopólio de tais informações e, portanto, de seu papel como intérpretes únicos do passado. Com isso, a sociedade em geral pode “ler” o passado, interpretá-lo e construir representações do presente e aspirações do futuro. Assim sendo, o Sistema de Informação deu a cada cidadão a possibilidade de gravar o passado em sua memória neurológica, associando-a à sua história de vida. Daí decorre que o Sistema de Informação permeia a ressignificação da memória neurológica, por lhe conferir a característica social (NORA, 1993; CORNELSEN; MIRANDA, 2010).

As fotografias são instrumentos de memória, na medida em que são ricas fontes de informações; transformam a memória coletiva em memória histórica; registram significativos aspectos da realidade histórica, social e cultural de um povo e, como fios entrelaçados de uma teia, são parte de uma rede de memórias, quer se considere a memória da cidade ou a memória enquanto faculdade neurológica de armazenamento de informações no consciente ou no inconsciente (MALTA; LIMA, 2012).

O PENSAMENTO COMPLEXO – FOTOGRAFIA E INTERFACE

Até onde se sabe, os humanos são os únicos seres da criação que legam memória a seus descendentes; isto só é possível porque pensamos simbolicamente. Nascermos com um algoritmo inato que viabiliza a articulação lógica entre entidades de pensamento distintas para criar soluções novas resultantes do confronto com novos problemas. Mas nem sempre foi assim.

Antes da fala os humanos não tinham um organismo natural que lhes permitisse exportar informação para fora do cérebro nem tão pouco importar. A extrusão de construções lógicas desenvolvidas na dimensão do pensamento para um plano físico material, que espelhasse a linguagem falada de forma estruturada, linear e compreensível, era requerida.

O gesto e a palavra permitiram a interoperabilidade, primeiro entre indivíduos, depois entre grupos sociais e finalmente entre sociedades.

Foi a escrita, entre os instrumentos criados pelo gênio humano, aquela que mais eficientemente cumpriu a missão de fazer trafegar entre as gerações os tesouros da cultura. A escrita efetivamente permitia que as sociedades do passado se reportassem eloquentemente a seus sucessores, emulando uma forma de máquina do tempo. Nunca foi um diálogo, mas um monólogo prodigioso e seminal, uma conversa assíncrona, onde aqueles que aprisionavam suas narrativas em interfaces preserváveis conseguiam falar a espíritos do futuro, narrar suas experiências, entregar a sua versão da observação do mundo.

Mais que em qualquer outro produto do conhecimento, a complexidade manifesta-se no universo da racionalidade e da inteligência. O pensamento complexo que caracteriza aquilo que muitos cientistas chamam de revolução cognitiva, que, por sua vez, transformou os primatas superiores do gênero *Homo* em uma espécie *sapiens*, é uma evolução recente do ponto de vista paleontológico. Há um consenso entre os geneticistas de que a emergência do pensamento simbólico se deu em consequência de uma mutação genética havida entre 100 e 70 mil anos⁵ na subfamília

⁵ A revolução cognitiva que se deu entre 100 e 80 mil anos atrás revelou o *Homo sapiens*, um primata com capacidade de aprender autonomamente, armazenar e reutilizar memória e se comunicar eficientemente. Estes

de gens FOXP, ligadas à evolução de “[...] mecanismos que promovem o desenvolvimento da vocalização, fala e linguagem.” (CHOMSKY, 2014, p. 31; VISCARDI, 2015, p. 12).

Mesmo depois do evento FOXP2, os humanos não passaram a nascer automaticamente com a habilidade comunicativa. Ainda era necessária uma habilitação para o uso de uma ferramenta que levava anos até que uma criança adquirisse competência comunicativa, até que estivesse preparada para elaborar enunciados de modo autônomo, que estivesse pronta para formular questões e fazer compreender ideias na forma discursiva. A comunicação é um processo social que implica no aprendizado de um complexo conjunto de símbolos fonéticos sintetizados na forma de língua, regras linguísticas que regulam seu uso vernáculo.

Do ponto de vista semiótico, a comunicação refere-se ao processo de materialização de pensamento elaborado, de sentimento ou emoção na forma de signos partilhados socialmente, por pelo menos dois comunicantes. Neste processo este conjunto simbólico é utilizado para codificar e decodificar continuamente pensamentos trocados entre seres humanos. É um processo artificial, uma habilidade adquirida e transmitida pelos humanos para difundir ideias.

As denominações utilizadas para nomear os instrumentos usados pelos humanos para o efeito de interfacear são muitas; em nosso campo específico, chamamos, genericamente, de “documento” aqueles dispositivos desenvolvidos com a finalidade de viabilizar a visualização e a conexão entre inteligências.

Para o *sapiens* contemporâneo, a imagem como representação do universo simbólico – fotografia, pintura, e.g. – parece tão natural que acabamos esquecendo que, tal qual a escrita, a representação em interfaces gráficas é uma habilidade construída, resultado do uso de instrumentos

marcadores sinalizam uma revolução havida nas habilidades cognitivas dos símios do gênero *Homo*. Durante o mapeamento do genoma humano, os geneticistas identificaram uma proteína codificada pelo gene FOXP2, positivamente relacionada com o desenvolvimento da fala e da linguagem. Este era o gatilho que nos habilitava a entender como símios da classe dos grandes primatas, ancestrais do *sapiens*, adquiriram capacidades como falar, comunicar, escrever e se expressar artisticamente através de algoritmos simbólicos.

lógicos “emergentes” na cultura, produto do domínio da linguagem simbólica e do desenvolvimento da comunicação humana.

A interface fotográfica é sempre uma fronteira que define a forma de comunicação entre duas entidades. É um campo de conexão entre inteligências, área compartilhada onde se dão interações simbólicas complexas. Pode ser visto ainda como um dispositivo lógico desenhado para viabilizar a troca de informação, e promover a ligação entre sistemas.

É assim que Pierre Lévy enxerga as interfaces, como

[...] uma superfície de contato, de tradução, de articulação entre dois espaços, duas espécies, duas ordens de realidades diferentes: de um código para outro, do analógico para o digital, do mecânico para o humano. [...] Tudo aquilo que é tradução, transformação, passagem, é da ordem da interface. (LÉVY, 1993, p. 181).

Assim, a fotografia constitui-se em uma zona permanente de tradução entre duas partes que não podem se conectar diretamente, tornando uma sensível à outra. É também o ambiente de interação homem/imagem em qualquer sistema de comunicação. Uma interface é o ponto em que dois sistemas de características diferentes se interligam, sendo a informação a transmitir convertida de acordo com um conjunto de pressupostos e regras convencionadas por ambas as partes.

FOTOGRAFIA, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

É mister que aqui fique claro que nos referimos a duas dimensões da memória. A primeira, aquela memória em estado de registro, que pode ser fisicamente custodiada, descrita, transportada e gerenciada ao modo de *commodities*. A segunda dimensão, aquela que transcende o suporte e que revela, para além do documento, a dimensão fenomênica que a noção invoca; a memória como semântica provocada pelo ato do acesso e pela visualização do objeto de memória.

A visão documentalista que nos aprisiona fixa seu olhar no suporte e acaba perdendo o sentido de que memória não é apenas o que você pode

tocar (tangibilidade), mas também aquilo que toca você (complexidade). Assim, quando o observador lança seu olhar sobre o tangível (documento), dispara um processo mental de grande poder mobilizador. A Antropologia descreveu este sentimento como pertencimento.

Dito de outro modo, aquela crença subjetiva que une através do sentido de origem indivíduos distintos. A explicação antropológica remete à necessidade presente nos indivíduos de se autodeterminarem como participantes de uma coletividade, no seio da qual os símbolos expressam valores e aspirações endêmicas. Esta tendência pode fazer destacar características culturais muito específicas que tomamos aqui por identidade.

Desta forma a memória se conecta com o sentido cultural, circunstância que explica por que o sentimento de patrimônio toca apenas os indivíduos que partilham identidade. Neste sentido nos socorremos com Bauman, que defende a ideia de que memória é um sentimento evocado pelo patrimônio, que, a seu turno, é formador daquilo que definimos como identidade. Para este pensador, identidade não se herda; identidade é desenvolvida por cada pessoa. Cada indivíduo tem que criar a sua própria.

O sentimento de pertencimento é a forma pela qual as pessoas se percebem integrantes do mesmo ambiente, do mesmo lugar, na dependência de sua necessidade e capacidade, associando componentes cognitivos, sociais e psicológicos por meio da memória (MONTEIRO; MAIA, 2009).

Considerando que a construção e a reconstrução dos fatos a serem gravados na memória necessitam de lugares, o conceito expresso por Santos (2003) é pertinente. Lugar é a extensão do acontecer solidário, ou seja, o *locus* do viver junto, do coletivo, do intersubjetivo. Lugar é o depósito final dos eventos (SANTOS, 2003). Significa dizer que a generalização do conceito de lugar é pertinente quando se considera o sentimento de pertencimento que ele desperta (SMOLKA, 2000; MOREIRA; HESPANHOL, 2007).

Lugar é o espaço em que se viveu, em que se trabalhou, em que foram compartilhadas experiências e relacionamentos interpessoais. É neste viver junto que se constrói a memória individual, implícita ou explícita, imediata

ou tardia, de aprendizagem, de facilitação, de procedimento, semântica ou episódica. Também nele é construída a memória das cidades, conceituada como as marcas deixadas pelos grupos sociais nos lugares em que viveram, o que configura a memória coletiva, porque se desenvolve num quadro espacial, portanto em lugares compartilhados (MALTA; LIMA, 2012).

Deste modo, também se entende por que as relações provocadas pelos objetos de memória como a fotografia são quase sempre assíncronas, conversas entre gerações, ao modo de corais que depositam suas novas cepas sobre os esqueletos mortos das antigas gerações.

As fotografias, tal como outros objetos de memória, são gatilhos que disparam as memórias e as sensações. Em última análise, são os sentidos e não os suportes materiais que nos põem em movimento de *sinapse* com o universo da memória. É o gatilho que desperta o velho e permite a emergência de um novo como na rede de galos descrita pelo poeta João Cabral⁶.

Esta visão do fenômeno social da memória nos permite observar como a memória se relaciona com o conhecimento e qual o papel dela na construção do patrimônio e das identidades locais. Longe de ser o esqueleto morto, a memória é a cepa nova que se estabelece sorvendo o velho e preservando a informação que ele porta e a que a ele importa. Assim, nada mais longe da compreensão de memória que a ideia de “arquivo morto”; memória é vida em complexidade, é informação em modo sistêmico e universal.

A IMPERMANÊNCIA DA MEMÓRIA

Como dissemos antes, somos os únicos animais que preservam suas memórias. Criamos no curso da história museus e outras instituições com a função de preservar o conhecimento canonizado na forma de memória⁷.

⁶ Tecendo a manhã. “Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos.”. (OLIVEIRA, 1994, p. 345)

⁷ Instituições de memória: “[...] instituições que organizam os registros culturais, intelectuais e memoriais dos povos, comunidades, instituições e indivíduos, e o patrimônio científico e cultural.” (DEMPSEY, 2000). Veja mais sobre este conceito em Galindo (2015).

Nutrimos a sensação que estes agentes de custódia são imunes ao perigo. Ledo engano! Como uma corrente, a rede que tece a memória é tão forte quanto o mais fraco de seus elos, quando um de seus segmentos se rompe, todo o sistema se torna vulnerável às ameaças.

É um erro enxergar a preservação como um ponto de *checklist* que se verifica ao final de um determinado período. O espírito da conservação da cultura deve ser uma característica da boa prática organizacional. Esta é uma das razões da emergência da Curadoria Digital (CD). A CD preocupa-se com o sistema, com a evolução permanente das coleções e de suas ameaças. As coleções, todavia, possuem vida própria e pedem tratamento em permanente evolução.

A fotografia é um recurso tecnológico que potencializa capacidades humanas. Ela tanto pode ressaltar as boas qualidades, quanto acentuar problemas. Por esta razão é que planejamento e discussão de políticas de informação são cruciais para a boa evolução dos serviços de preservação. Sem este debate, o uso de ferramentas de gestão de recursos de memória pode se tornar um paliativo que potencializa sem cuidar – uso aqui o senso curatorial –, enquanto transfere temporariamente o problema para outro tempo e lugar.

O mundo digital descortinou uma gama inusitada de novas aplicações para a fotografia, inclusive para a memória. A prática tem mostrado, entretanto, que o trato da informação modulada em meio digital não é uma mera extensão de procedimentos utilizados na gestão de documentos analógicos.

Por um lado, a natureza e estrutura dos documentos digitais demandam novas estratégias de organização e segurança e, por outro lado, seu potencial tecnológico oferece novas possibilidades no que tange à sua capacidade ubíqua de gestão, armazenamento e veiculação de conteúdos. Esta circunstância impõe a consideração de novas metodologias para o aproveitamento eficiente e produtivo das oportunidades oferecidas pela tecnologia.

A preservação digital vem se firmando como um subcampo da CD, que emerge da confluência de variados vetores. Por um lado, dos avanços

alcançados pela pesquisa em preservação digital e do trabalho aplicado de profissionais – arquivistas, bibliotecários e museólogos, entre outros –; e, por outro, da *e-science data management* e da disciplina de especificação de sistemas (DALLAS, 2016. p. 4). A CD é um campo do conhecimento e especialização profissional com crescente impacto na gestão de coleções digitais e dados de pesquisa, e na especificação e auditoria de repositórios confiáveis. Apesar da prática da Preservação Digital preceder a CD, ela se acomoda mais confortavelmente como um subcampo do que propriamente como uma área de especialização.

A CD atua em duas dimensões muito específicas: a preservação atua em uma dimensão onde os *vícios intrínsecos*⁸ e a natureza do suporte são as ameaças mais evidentes. Esta dimensão é de implicação entrópica, uma vez que seus fatores de risco⁹ são predominantemente atinentes à natureza dos materiais de base atômica. A segunda dimensão, por sua vez, é de implicação antrópica e diz respeito aos fatores de risco advindos da incúria humana.

O risco do sinistro nos assusta, mas não surpreende; o fato é que, apesar de todos os esforços, nenhuma tecnologia é capaz de garantir a permanência de outra. Pode-se minimizar os efeitos antrópicos; podemos antecipar-nos aos efeitos entrópicos, mas a impermanência do registro sempre será uma sombra que assombra a memória. Esta ameaça permanece viva e ativa nos piores pesadelos dos pesquisadores, administradores e curadores de coleções no mundo inteiro; todavia, o problema amplifica-se em uma realidade como a brasileira.

A situação dos sistemas de memória no Brasil evidencia a condição de subdesenvolvimento como magnificadora das ameaças ao patrimônio. A memória é um sistema periférico¹⁰ que se move conforme a economia

⁸ Vício Intrínseco (*Inherent Vice*) é um termo utilizado para dar sentido a uma condição natural de certas coisas que as torna mais suscetíveis a se destruir ou avariar, sem que seja necessária a intervenção de qualquer causa externa.

⁹ No senso popular, o termo risco – além do sentido de possibilidade ou chance, oportunidade – porta o sentido de perigo. Em Preservação Digital, pode-se definir Fator de Risco como qualquer situação que incremente a probabilidade de ocorrência de sinistros e perda de conteúdos, a exemplo dos múltiplos fatores causais de perdas de arquivos digitais.

¹⁰ Princípios da memória. “Princípio sétimo. São os excedentes da economia que remuneram a ação das instituições de memória e viabilizam a circulação da memória; Princípio Oitavo: O senso de valor dos bens da memória é variável e as organizações que se desdobram da tarefa da memória, paradoxalmente, podem ser

e a urbana civilidade permitem. As sociedades subdesenvolvidas tendem a ser mais sensíveis às ameaças ao seu patrimônio histórico, a flutuações da economia e mais complacentes com fatores de risco. A recente perda do Museu Nacional (02/9/2018), com tudo o que ele representa em termos de identidade, patrimônio e memória, denunciam a condição de subdesenvolvimento que se esconde sob o manto de nossa sociedade. Neste caso fomos lenientes e incapazes de entregar às gerações vindouras o patrimônio legado por nossos antepassados. O que o futuro nos reserva?

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CORNELSEN, J.; MIRANDA, M. Sentidos e acepções da memória: da custódia à pós-custódia. **Páginas a&b**, Aveiro, n. 5. p. 131-164, 2010.
- CHOMSKY, N. **A ciência da linguagem**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- DALLAS, C. Digital curation beyond the “wild frontier”: a pragmatic approach. **Archival Science**, v. 16, n. 4. p. 421-457, 2016.
- Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-015-9252-6>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- DEMPSEY, L. Scientific, industrial, and cultural heritage: a shared approach. [internet] A research framework for libraries, archives and museums prepared for the European Commission. **Ariadne**, Loughborough, n. 22, 2000. Disponível em: <http://www.ariadne.ac.uk/issue/22/dempsey/>. Acesso em: 15 de mar. 2019.
- GALINDO, M. A redescoberta do trabalho coletivo. *In*: AZEVEDO NETTO, C. X. (org.). **Informação, patrimônio e memória**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015. p. 65-96.
- GALINDO, M. Sistemas memoriais e redes de memória. *In*: PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anais do 2. Seminário Serviços de Informação em Museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2016. Disponível em: biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/publicacoes/index.php/sim/article/download/.../48. Acesso em: 17 mar. 2019.
- GASSET, J. O. **Missão do bibliotecário**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2006.
- LAGOZE, C.; VAN DE SOMPEL, H. The open archives initiative: building a low-barrier interoperability framework. *In*: ACM/IEE-CS JOINT CONFERENCE ON

entendidos como sistemas socialmente secundários, principalmente nas sociedades que ainda não alcançaram a condição de desenvolvimento”. (GALINDO, 2015).

- DIGITAL LIBRARIES, 1., 2001, Roanoke. **Proceedings** [...] New York: Association for Computing Machinery, 2001. p. 54-62.
- LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- MALTA, A. O. L.; LIMA, M. G. Patrimônio em saís de prata: fotografias como fontes de informação em sistema memorial. *In*: JORNADA DE FOTOGRAFIA E HISTÓRIA, 8., 2012, Montevideo. **Anais** [...] Montevideo, 2012.
- MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 4. ed. Recife: Editora Universitária, 2005.
- MONTEIRO, I. S.; MAIA, Â. Propriedades psicométricas da versão portuguesa do instrumento de avaliação do sentimento de pertença. **Revista de Ciência da Saúde de Macau**, Macau, v. 9, n. 1. p. 19-26, mar. 2009.
- MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, São Paulo, v. 2, n. 14. p. 48-60, 2007.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- OLIVEIRA, M. (org.). **João Cabral de Melo Neto: obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. (Biblioteca luso- brasileira. Série brasileira).
- OLIVEIRA, M. C. G.; MALTA, A. O. L.; GOUVEIA JÚNIOR, M. Objetos digitais em fluxo: a virtualização de acervos museológicos garante o acesso e a aplicação social da informação patrimonial? *In*: **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2011.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SAYÃO, L. F. Padrões para bibliotecas digitais abertas e interoperáveis. **Encontros Bibli**, Florianópolis, p. 18-47, jan./jun. 2007. Número Especial. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12nesp1p18/436>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- SILVA, A. M. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 166-193, jul. 2000.
- VISCARDI, L. H. **História evolutiva da subfamília FOXP: análise evolutiva molecular e estrutural em tetrápodes**. 2015. Dissertação (Mestrado em Genética e Biologia Molecular) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.